



alterações trazidas pela Resolução nº 13/2020, de 13 de agosto de 2020.

Parágrafo único. Em observância aos princípios da finalidade, moralidade e economicidade, na prestação de contas, o servidor deverá apresentar, no final do período, as devidas comprovações dos dias de efetivo trabalho na Comarca em que atuou em designação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de dezembro de 2020.

Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 1739/2020

Declara estáveis no serviço público os servidores aprovados no Estágio Probatório.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso IX, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

CONSIDERANDO as normas contidas no art. 41, §4º, da Constituição Federal, no art. 172, §4º, da Constituição do Estado do Ceará, e no art. 27, §1º, da Lei estadual nº 9.826 de 14 de maio de 1974, que tratam da avaliação especial de desempenho como requisito para a aquisição de estabilidade pelo servidor público;

CONSIDERANDO as disposições da Portaria nº 1545, de 12 de setembro de 2017, que instituiu o Modelo de Avaliação e Gestão do Desempenho, incluindo a Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório;

CONSIDERANDO as disposições da Portaria nº 1938, de 23 de novembro de 2017, que dispõe sobre as orientações para execução da Avaliação Especial de Desempenho por Competências-AEDC dos servidores em estágio probatório, Portaria nº 678, de 09 de maio de 2020, que dispõe sobre a composição da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho e Portarias nº 963, de 16 de julho de 2020 e Portaria nº 1146, de 18 de agosto de 2020, que dispõem sobre as orientações para execução da Avaliação Especial de Desempenho por Competências-AEDC dos servidores em estágio probatório,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 8519984-31.2020.8.06.0000.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estáveis no serviço público os servidores relacionados no Anexo Único desta

Portaria, aprovados no Estágio Probatório, por atenderem satisfatoriamente aos requisitos exigidos na Avaliação Especial de Desempenho por Competências - AEDC.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 17 de dezembro de 2020.

Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

Anexo Único da Portaria nº 1739 /2020

ORDEM	MATRÍCULA	NOME	C A R G O EFETIVO	DATA DE EXERCÍCIO	ESTABILIDADE
1	40541	ADSON ROMARIO RODRIGUES SANTOS	T E C N I C O JUDICIARIO	13/11/17	13/11/2020
2	40551	CAMILE TELES MONTEIRO	T E C N I C O JUDICIARIO	16/11/17	17/11/2020
3	40552	CARLOS ALBERTO MENDONCA NETO	A N A L I S T A JUDICIARIO	16/11/17	16/11/2020
4	22671	CASSIA DA SILVA ALVES	A N A L I S T A JUDICIARIO	14/11/17	14/11/2020
5	7062	HADLER GONDIM FERNANDES	A N A L I S T A JUDICIARIO	13/11/17	20/11/2020
6	40525	IZIDORO PEREIRA DA SILVA NETO	T E C N I C O JUDICIARIO	13/11/17	13/11/2020
7	40543	KELMA ALVES SOARES	T E C N I C O JUDICIARIO	13/11/17	22/11/2020
8	40538	RAFAEL FERREIRA MAXIMINO	A N A L I S T A JUDICIARIO	13/11/17	21/11/2020



9	40560	RODRIGO FROTA ARAGAO	T E C N I C O JUDICIARIO	16/11/17	16/11/2020
10	22643	CICERO CASSIO DE ARAUJO SILVA	A N A L I S T A JUDICIARIO	30/11/17	30/11/2020
11	40563	CLEUDER REBOUÇAS DE AGUIAR	T E C N I C O JUDICIARIO	22/11/17	1/12/2020
12	40592	AILTON SENA PADILHA	T E C N I C O JUDICIARIO	6/12/17	6/12/2020
13	24505	GEORGE ANTONIO NUNES E SILVA	T E C N I C O JUDICIARIO	14/11/17	8/12/2020

PORTARIA Nº 1736/2020

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

CONSIDERANDO a disciplina do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de janeiro de 2021, LORENA BARROSO SOARES, matrícula nº 24904, do cargo em comissão de Direção e Assistência Judiciária de Coordenador, símbolo DAJ-2, da Coordenadoria de Planejamento Orçamentário, da Secretaria de Planejamento de Gestão, e nomear MARIA RAFAELA DE OLIVEIRA FREITAS, Analista Judiciário – Especialidade: Ciências Contábeis, matrícula nº 22603, para o referido cargo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 18 de dezembro de 2020.

Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 1738 /2020

Dispõe sobre mudança de lotação de servidor.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere o art. 6, inciso VII da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo nº 8519985-16.2020.8.06.0000;

RESOLVE

Art. 1º. Lotar a servidora IANA MARTINS ARAÚJO, Auxiliar Judiciária, matrícula nº 4882, lotada na Coordenadoria da Infância e Juventude do Poder Judiciário do Estado do Ceará, no Núcleo de Depoimento Especial - NUDEPE.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 18 de dezembro de 2020.

Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 1735 /2020

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.